

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estreita atuação de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronáutico e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

Em 4.9.2016, foi firmado o Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial com Versão de Parcelas do Patrimônio em Sociedades Existentes entre HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (HSBC) e Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, efetivado em 7.10.2016, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31.7.2016, que apurou o valor vertido de R\$ 22 milhões.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 201 milhões, correspondendo a R\$ 8.516,13 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.268 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 6,32% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 30 de novembro de 2016 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 33 milhões, pago em 5 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de Ativos somava R\$ 107.894 milhões, destacando-se R\$ 18.716 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 83.629 em Títulos e Valores Mobiliários, R\$ 2.714 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 101.953 milhões de Debêntures e R\$ 41 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 1.824 milhões. A Instituição possuía 2.218.423.485 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 12.043 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de honorários relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DIRETORIA		
	2016	2015	2016	2015	
ATIVO					
CIRCULANTE	102.222.738	91.361.903	657.146	7.574.669	
DISPONIBILIDADE (Nota 4)	5.763	2.378	-	6.733.180	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	18.537.138	56.223.114	-	6.733.180	
Aplicações no Mercado Aberto	18.057.138	26.443.116	-	-	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	480.000	29.785.228	-	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	83.629.306	34.974.107	19.134	38.876	
Carteira Própria	83.573.980	34.926.998	19.134	38.876	
Vinculados à Prestação de Garantias	55.326	47.109	62.490	23.150	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(64.788)	(12.459)	555.869	779.463	
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	1.279.637	1.414.377	-	-	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.229.678)	(1.316.211)	-	-	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(114.747)	(110.625)	-	-	
OUTROS CRÉDITOS	86.093	127.303	-	-	
Rendas a Receber	39	38	-	-	
Diversos (Nota 8)	86.054	127.265	-	-	
OUTROS VALORES E BENS	29.226	42.230	-	-	
Outros Valores e Bens	101.596	104.532	-	-	
Provisões para Desvalorizações	(72.370)	(62.302)	-	-	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.122.726	814.659	103.968.982	87.015.584	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	179.012	44.681	101.953.041	84.309.254	
Aplicações no Mercado Aberto	177.970	43.767	101.953.041	84.309.254	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.042	914	-	-	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(67.098)	(68.713)	21.590	40.243	
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	1.358.787	1.444.822	-	-	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.358.601)	(1.444.627)	-	-	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(67.284)	(68.908)	-	-	
OUTROS CRÉDITOS	1.010.597	838.272	-	-	
Diversos (Nota 8)	1.010.597	838.272	-	-	
OUTROS VALORES E BENS	215	419	-	-	
Despesas Antecipadas	215	419	-	-	
PERMANENTE	4.548.923	5.511.523	3.268.259	3.097.832	
INVESTIMENTOS (Nota 9)	58.455	54.365	2.312.267	2.290.000	
Participações em Coligadas:			956.032	807.832	
- No País	51.640	47.550	(40)	-	
Outros Investimentos	26.394	26.394	-	-	
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)	-	-	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.741	2.962	-	-	
Imóveis de Uso	25.056	25.056	-	-	
Outras Imobilizações de Uso	155	155	-	-	
Depreciações Acumuladas	(22.470)	(22.470)	-	-	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7)	4.487.727	5.454.196	-	-	
Bens Arrendados	7.715.570	8.351.674	-	-	
Depreciações Acumuladas	(3.227.843)	(2.897.478)	-	-	
TOTAL	107.894.387	97.688.085	107.894.387	97.688.085	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.878.290	15.002.332	12.085.256
Operações de Crédito (Nota 7h)	51.924	95.685	82.692
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i)	1.209.937	2.151.539	2.291.192
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	6.616.429	12.755.108	9.711.372
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(7.635.588)	(14.560.031)	(11.612.409)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	(6.643.965)	(12.776.334)	(9.787.329)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 7j)	(601)	(1.491)	(3.213)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7k)	(1.022.121)	(1.821.069)	(1.859.416)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	31.099	38.863	37.549
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	242.702	442.301	472.847
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(14.624)	(23.481)	(103.203)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(24.153)	(44.435)	(57.759)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(13.821)	(24.872)	(40.378)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	2.050	4.170	9.951
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	49.091	94.582	190.190
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(27.791)	(52.926)	(199.206)
RESULTADO OPERACIONAL	228.078	418.820	369.644
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(56.498)	(80.561)	(41.886)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	171.580	338.259	327.758
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(63.033)	(137.406)	(36.451)
Provisão para Imposto de Renda	9.126	(30.162)	(23.648)
Provisão para Contribuição Social	(22.977)	(63.753)	(16.500)
Ativo Fiscal Diferido	(49.182)	(53.491)	3.697
LUCRO LÍQUIDO	108.547	200.853	291.307
Número de ações (Nota 15a)	23.585	23.585	23.422
Lucro por ação em R\$	4.602,37	8.516,13	12.437,32

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	171.580	338.259	327.758
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	991.696	1.757.864	1.664.182
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.099)	(38.863)	(37.549)
Depreciações e Amortizações	597.060	1.157.983	1.456.928
Provisões/(Reversão) Cíveis e Fiscais	25.680	40.773	(86.113)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.050)	(4.170)	(9.951)
Insuficiência de Depreciação	350.168	530.825	298.485
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	51.937	71.316	36.382
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.163.276	2.096.123	1.991.940
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.347.491	26.580.236	6.030.664
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	(31.774.346)	(48.655.199)	(8.156.273)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	35.539	35.233	(43.131)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(120.723)	(145.260)	(48.135)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	60.773	158.344	(222.739)
(Aumento)/Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(15.942)	(38.395)	(65.127)
(Aumento)/(Redução) em Outras Obrigações	(1.394.260)	(1.693.096)	(238.819)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(127.567)	(193.836)	(197.156)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(15.825.859)	(21.855.850)	(948.776)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Dividendos Recebidos	-	38	30
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	-	38	30
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	5.985.791	10.910.607	8.202.027
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(28.050)	(28.050)	(175.695)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	5.957.741	10.882.557	8.026.332
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.868.118)	(10.973.255)	7.077.586
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	14.699.498	15.804.635	8.727.049
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	4.831.380	4.831.380	15.804.635
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.868.118)	(10.973.255)	7.077.586

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Controladas e Coligadas	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2016	2.290.000	248.695	629.520	-	-	3.168.215
Aumento de Capital por Cisão	22.267	-	-	-	-	22.267
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(40)	-	(40)
Lucro Líquido	-	-	-	-	108.547	108.547
Destinações - Reservas	-	5.427	72.390	-	(77.817)	-
- Reversão Parcial de Dividendos do 1º Semestre 2016	-	-	-	-	2.270	2.270
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(33.000)	(33.000)
Saldos em 31.12.2016	2.312.267	254.122	701.910	(40)	-	3.268.259
Saldos em 31.12.2014	2.290.000	229.514	463.711	-	-	2.983.225
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	291.307	291.307
Destinações - Reservas	-	14.566	100.041	-	(114.607)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(176.700)	(176.700)
Saldos em 31.12.2015	2.290.000	244.080	563.752	-	-	3.097.832
Aumento de Capital por Cisão	22.267	-	-	-	-	22.267
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(40)	-	(40)
Lucro Líquido	-	-	-	-	200.853	200.853
Destinações - Reservas	-	10.042	138.158	-	(148.200)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(19.653)	(19.653)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(33.000)	(33.000)
Saldos em 31.12.2016	2.312.267	254.122	701.910	(40)	-	3.268.259

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2016	%	2016	%	2015	%
1 - RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.874.191	4.247,1	15.002.332	4.131,4	12.071.903	3.279,2
1.1) Intermediação Financeira	7.878.290	4.249,3	15.002.332	4.131,4	12.085.256	3.282,8
1.2) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	31.099	16,8	38.863	10,7	37.549	10,2
1.3) Outras	(35.198)	(19,0)	(38.905)	(10,7)	(50.902)	(13,8)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(7.666.687)	(4.135,2)	(14.598.894)	(4.020,3)	(11.649.958)	(3.164,6)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(24.148)	(13,0)	(44.215)	(12,1)	(56.898)	(15,5)
Serviços Técnicos Especializados	(3.926)	(2,2)	(8.600)	(2,2)	(21.754)	(5,9)
Jurídicos Processuais 05-19	(6.838)	(3,7)	(16.900)	(4,7)	(16.503)	(4,5)
Serviços do Sistema Financeiro	(3.799)	(2,0)	(6.318)	(1,7)	(5.573)	(1,5)
Processamento de Dados	(2.021)	(1,1)	(3.589)	(1,0)	(4.001)	(1,1)
Aprensão de Bens 56-19	(241)	(0,1)	(659)	(0,2)	(1.632)	(0,5)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Bradesco Leasing constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Imobilizado de uso
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

n) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades em moeda nacional..... 5.763 2.378
Total de disponibilidades (caixa)..... 5.763 2.378

Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)..... 4.825.617 15.802.257
Total caixa e equivalentes de caixa..... 4.831.380 15.804.635

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

1 a 30 dias 31 a 60 dias 61 a 90 dias 91 a 180 dias 181 a 360 dias Acima de 360 dias Total em 2016 Total em 2015

Aplicações no mercado aberto (1):
Posição bancada..... 3.757.189 2.050.364 1.680.857 8.063.642 2.505.086 177.970 18.235.108 26.486.883

Debêntures..... 3.757.189 2.050.364 1.680.857 8.063.642 2.505.086 177.970 18.235.108 26.486.883

Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)..... 480.000 - - - - 1.042 481.042 29.786.142

Aplicações em depósitos interfinanceiros..... 480.000 - - - - 1.042 481.042 29.786.142

Total em 2016..... 4.237.189 2.050.364 1.680.857 8.063.642 2.505.086 179.012 18.716.150

Total em 2015..... 14.336.788 1.425.833 3.231.686 14.380.755 22.853.282 44.681 56.273.025

(1) As aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros são acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez
Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

2016 2015

Rendas de aplicações em operações compromissadas:
Posição bancada..... 3.701.274 3.497.715

Subtotal..... 3.701.274 3.497.715

Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros..... 2.258.671 3.188.790

Total (Nota 6c)..... 5.959.945 6.686.505

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2016 2015

Carteira própria
- Cotas de fundos de investimentos..... 83.573.980 34.926.998

Vinculados à prestação de garantias
- Letras financeiras do tesouro..... 55.326 47.109

Total..... 83.629.306 34.974.107

b) Classificação por categoria e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2016 2015

1 a 30 dias 31 a 180 dias 181 a 360 dias Acima de 360 dias

Valores de mercado/contábil (2) Valor de custo atualizado Marcação a mercado Valor de mercado/contábil (2) Marcação a mercado

Títulos (1) 80.447.370 174.394 437.922 2.514.294 83.573.980 83.573.035 (55) 34.926.998 2

Títulos para negociação (3) 80.447.370 174.394 437.922 2.514.294 83.573.980 83.573.035 (55) 34.926.998 2

Letras financeiras do tesouro - 80.033 274.339 84.255 - 16.234.520 16.234.575 (55) 3.178.987 2

Letras financeiras - 174.394 274.339 84.255 - 448.733 448.733 - 991.373 -

Debêntures - - 83.550 - - 84.255 - 153.027 -

Letras do tesouro nacional 26.428.922 - - 26.428.922 - 26.428.922 - 18.934.297 -

Notas do tesouro nacional 39.613.667 - - 39.613.667 - 39.613.667 - 11.155.392 -

Cotas de fundos (4) 763.883 - - 763.883 - 763.883 - 513.922 -

Vinculados à prestação de garantias 55.326 55.326 55.326 - 55.326 - 47.109 -

Letras financeiras do tesouro - - 55.326 - 55.326 - 47.109 -

Total em 2016 80.447.370 174.394 437.922 2.569.620 83.629.306 83.629.361 (55) 34.974.107 2

Total em 2015 30.347.278 330.614 244.394 4.051.821 83.629.306 83.629.361 (55) 34.974.107 2

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que inclui operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) No encerramento do exercício a Bradesco Leasing possuía R\$ 83.573.980 mil (31.12.2015 - R\$ 34.926.998 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível no dia do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(4) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(5) Aplicações em cotas de fundos efetuadas pelo Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

2016 2015

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)..... 5.959.945 6.686.505

Títulos de renda fixa..... 6.795.163 3.024.867

Total..... 12.755.108 9.711.372

d) Instrumentos financeiros derivativos
A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas ao Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

R\$ mil

Carteira Banking (1)

Dezembro/2016 Dezembro/2015

1 2 3 1 2 3

Taxa de Juros em Reais..... Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros (98) (27.737) (53.562) (87) (34.059) (64.996)

Índices de Preços..... Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços (5) (644) (1.216) - - -

Cupom Cambial..... Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (1) (57) (114) (1) (70) (139)

Moeda Estrangeira..... Exposições sujeitas à variação cambial (146) (3.643) (7.286) (132) (3.311) (6.621)

Renda Variável..... Exposições sujeitas à variação do preço de ações (212) (5.288) (10.576) (388) (9.705) (19.410)

Soberanos/Eurobonds e Treasuries..... Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional (31) (1.665) (3.207) (1) (1) (1)

Total sem correlação..... (493) (39.034) (75.961) (609) (47.146) (91.167)

Total com correlação..... (307) (31.132) (60.270) (384) (34.116) (65.238)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

e) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2016 2015

2016 % 2015 %

Setor privado..... 2.714.218 100,0 2.969.570 100,0

Indústria..... 443.439 16,3 595.908 20,2

Siderúrgica, metalúrgica e mecânica..... 80.504 3,0 109.940 3,7

Alimentícia e bebidas..... 82.713 3,0 104.961 3,7

Artigos de borracha e plásticos..... 37.952 1,4 55.130 1,9

Extração de minerais metálicos e não metálicos..... 26.881 1,0 34.087 1,1

Química..... 48.320 1,8 48.917 1,6

Materiais não metálicos..... 24.808 0,9 35.378 1,2

Edição, impressão e reprodução..... 33.373 1,2 39.745 1,3

Móveis e produtos de madeira..... 26.253 1,0 43.461 1,5

Autopeças e acessórios..... 13.562 0,5 22.481 0,8

Têxtil e confecções..... 12.834 0,5 20.435 0,7

Eletroeletrônica..... 13.702 0,5 18.728 0,6

Refino de petróleo e produção de álcool..... 6.226 0,2 11.962 0,4

Papel e celulose..... 19.760 0,7 23.212 0,8

Veículos leves e pesados..... 3.750 0,1 9.066 0,3

Artefatos de couro..... 8.051 0,3 11.493 0,4

Demais indústrias..... 4.750 0,2 6.912 0,2

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil

% Mínimo de provisão requerido

Curso normal Curso anormal Total (1) %

Nível de risco AA..... - 294.980 - 294.980 10,9

A..... 0,5 434.874 - 434.874 16,0

B..... 1,0 1.690.177 2.057 1.692.234 62,3

C..... 3,0 14.752 33.166 47.918 1,8

Subtotal..... 2.434.783 35.223 2.470.006 91,0

D..... 10,0 18.820 32.879 51.699 1,9

E..... 30,0 21.651 8.830 30.481 1,1

F..... 50,0 1.232 16.101 17.333 0,6

G..... 70,0 807 20.914 21.721 0,8

H..... 100,0 19.151 103.827 122.978 4,6

Subtotal..... 61.661 182.551 244.212 9,0

Total em 2016..... 2.496.444 217.774 2.714.218 100,0

% 92,0 8,0 100,0

Total em 2015..... 2.733.357 236.213 2.969.570 100,0

% 92,0 8,0 100,0

g) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil

% Mínimo de provisão requerido

Curso normal Curso anormal Total (1) %

Nível de risco AA..... - 294.980 - 294.980 10,9

A..... 0,5 434.874 - 434.874 16,0

B..... 1,0 1.690.177 2.057 1.692.234 62,3

C..... 3,0 14.752 33.166 47.918 1,8

Subtotal..... 2.434.783 35.223 2.470.006 91,0

D..... 10,0 18.820 32.879 51.699 1,9

E..... 30,0 21.651 8.830 30.481 1,1

F..... 50,0 1.232 16.101 17.333 0,6

G..... 70,0 807 20.914 21.721 0,8

H..... 100,0 19.151 103.827 122.978 4,6

Subtotal..... 61.661 182.551 244.212 9,0

Total em 2016..... 2.496.444 217.774 2.714.218 100,0

% 92,0 8,0 100,0

Total em 2015..... 2.733.357 236.213 2.969.570 100,0

% 92,0 8,0 100,0

h) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Em 31 de dezembro - R\$ mil

% Mínimo de provisão requerido

Curso normal Curso anormal Total (1) %

Nível de risco AA..... - 294.980 - 294.980 10,9

A..... 0,5 434.874 - 434.874 16,0

B..... 1,0 1.690.177 2.057 1.692.234 62,3

C..... 3,0 14.752 33.166 47.918 1,8

Subtotal..... 2.434.783 35.223

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial.....	179.533	233.832
Cisão HSBC (Nota 2)	66.875	-
Reversão líquida de constituição de provisão	(38.863)	(37.549)
Baixas para prejuízo	(25.514)	(16.750)
Saldo final (Nota 7f)	182.031	179.533
- Provisão específica (1)	133.469	129.956
- Provisão genérica (2)	48.228	49.577
- Provisão excedente (3)	334	-

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução no 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7f).

h) Recuperação/Renegociação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	95.685	82.692
Renegociação de créditos no exercício	49.334	64.035

- (1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Receitas de arrendamento mercantil.....	2.151.539	2.291.192
Despesas de arrendamento mercantil.....	(1.821.069)	(1.859.416)
Depreciação	(1.065.862)	(1.379.931)
Insuficiência de depreciação	(530.825)	(298.485)
Valor residual garantido	(111.261)	(101.360)
Amortização	(91.891)	(76.137)
Outras.....	(21.230)	(3.503)
Total	330.470	431.776

9) INVESTIMENTOS
a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial		
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015	
											2016
Aquarius Holdings Ltda. (1)	43.000	84.102	-	-	8.385	19.500	6.113	16.399	15.227	1.192	1.229
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	390.000	2.008.682	257	-	-	1.7807	167.235	35.241	32.323	2.978	2.722
Total								51.640	47.550	4.170	3.951

- (1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (31.12.2016 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989
Títulos patrimoniais	3	3
Outros	402	402
Subtotal	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa	Custo	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
			Custo líquido de depreciação	
			2016	2015
Imóveis de uso:				
- Terrenos.....		2.714	-	2.714
- Edificações	4%	22.342	(22.315)	27
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-
Total em 30 de setembro de 2015.....		25.211	(22.470)	2.741
Total em 31 de dezembro de 2016.....		25.211	(22.249)	2.962

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				31.12.2016	31.12.2015
				R\$ mil	R\$ mil
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	14.230.855	13.159.222
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	14.240.665	13.159.259
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	29.349.887	28.367.611
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	16.903.328	14.827.334
Junho/2011 (5)	4.750.000	2026	100% CDI	4.615.125	6.733.180
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	7.507.163	6.926.317
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	15.106.018	7.869.511
Total	43.075.000			101.953.041	91.042.434

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- (1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.000.000 mil com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 2.784.618 (31.12.2015 - 768.867) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.064.815 mil (31.12.2015 - R\$ 257.900 mil).
(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com uma utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 3.258.963 (31.12.2015 - 1.268.758) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.246.201 mil (31.12.2015 - R\$ 425.577 mil).
(3) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8.775.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 10.996.548 (31.12.2015 - 3.178.625) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 4.204.989 mil (31.12.2015 - R\$ 1.066.200 mil).
(5) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 765.819 (31.12.2015 - 765.819) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 193.977 mil (31.12.2015 - R\$ 170.153 mil).
(7) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
(8) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 765.819 (31.12.2015 - 765.819) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 193.977 mil (31.12.2015 - R\$ 170.153 mil).
(9) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10.000.000 mil, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10.000.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 36.198.170 (31.12.2015 - 427.606.487) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 567.347 mil (31.12.2015 - R\$ 5.878.917 mil).

b) Repactuação de debêntures

Em 20.6.2016, houve repactuação da 1ª série da 6ª emissão de debêntures, sendo repactuada com vencimento para 20.6.2026, passando a quantidade de 95.000.000 a valor unitário de R\$ 50,00 para uma quantidade de 4.750.000.000 a valor unitário de R\$ 1,00 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve repactuação.

c) Despesas de debêntures

O montante das despesas de atualização das operações de debêntures no exercício somou R\$ 12.653.504 mil (2015 - R\$ 9.787.329 mil).

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS
a) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	Total						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
FINAME	2.399	2.066	1.930	5.198	7.541	21.590	40.724
Total em 2016	2.399	2.066	1.930	5.198	7.541	21.590	40.724
%	5,9	5,1	4,7	12,8	18,5	53,0	100,0
Total em 2015	4.317	4.132	3.887	10.453	16.087	40.243	79.119
%	5,5	5,2	4,9	13,2	20,3	50,9	100,0

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no exercício somou R\$ 1.491 mil (2015 - R\$ 3.213 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, na qual se excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 077/0 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 22.495 mil (31.12.2015 - R\$ 21.471 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 118.002 mil (31.12.2015 - R\$ 107.610 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativa aos descontos incondicionalmente concedidos, sofridos no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

III - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	75.261	174.190
Cisão HSBC (Nota 2)	10.242	-
Atualização monetária	9.057	15.280
Constituições líquidas de reversões	6.194	-
Pagamentos.....	(8.386)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 14).....	92.368	189.470

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.198.339 mil (31.12.2015 - R\$ 1.174.498 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	421.195	570.160
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)	189.470	174.190
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	37.913	-
Impostos e contribuições a recolher.....	2.082	1.679
Total	650.660	746.029

j) Imobilizado de arrendamento (1)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Veículos e afins	2.590.478	3.414.726
Máquinas e equipamentos	2.965.823	2.358.706
Aeronaves.....	1.449.018	2.005.025
Outros.....	491.031	434.286
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3f - IV)	619.220	138.931
Total de bens arrendados (Nota 7b)	7.715.570	8.351.674
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(4.631.492)	(4.852.601)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V).....	1.403.649	1.955.123
Total da depreciação acumulada (Nota 7b)	(3.227.843)	(2.897.478)
Imobilizado de arrendamento.....	4.487.727	5.454.196

- (1) A Bradesco Leasing apurou no exercício insuficiência de depreciação no montante de R\$ 551.474 mil (31.12.2015 - R\$ 330.163 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 20.649 mil (31.12.2015 - R\$ 31.678 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 530.825 mil (31.12.2015 - R\$ 298.485 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia.....	447.305	399.401
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	340.991	296.732
Créditos tributários (Notas 22c e 22d)	281.928	254.643
Pagamentos a ressarcir.....	13.303	12.886
Outros (1)	13.124	1.875
Total	1.096.651	965.537

- (1) Em 2016, inclui adiantamento de pagamento na aquisição de aeronave no valor de R\$ 10.257 mil.

9) INVESTIMENTOS
a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	338.259	327.758
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(152.217)	(147.491)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	1.876	1.778
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(1.728)	(2.731)
Crédito tributário líquido passivo diferido (2).....	-	10.868
Juros sobre o capital próprio pagos.....	14.850	79.515
Outros valores (3).....	(187)	21.610
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(137.406)	(36.451)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(115.475)	(40.147)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	(24.301)	(12.024)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social.....	2.370	-
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias.....	-	15.720
Total dos impostos diferidos	(21.931)	3.696
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(137.406)	(36.451)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2015	Saldo oriundo de cisão HSBC (Nota 2)	Constituição	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	130.313	44.325	6.715	29.502
Provisões civis.....	32.246	4.097	2.619	6.978
Provisões fiscais.....	26.410	-	6.112	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	9.831	-	-	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	25.690	794	26.793	24.281
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários.....	-	-	22	22
Outros valores.....	30.153	-	2.363	8.164
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	254.643	49.216	44.624	68.925
Base negativa de contribuição social.....	-	-	2.370	-
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	254.643	49.216	46.994	68.925
Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e)	570.160	-	16.343	165.308
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(315.517)	49.216	30.651	(96.383)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Contribuição social	Total
2017.....	38.185	25.266	2.314	65.765
2018.....	38.199	25.274	56	63.529
2019.....	28.860	20.094	-	48.954
2020.....	28.860	19.321	-	48.181
2021.....	36.178	19.321	-	55.499
Total (Nota 8)	170.282	109.276	2.370	281.928

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 262.946 mil (2015 - R\$ 233.717).

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 421.195 mil (2015 - R\$ 570.160 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 323.506 mil (2015 - R\$ 488.781 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 97.689 mil (2015 - R\$ 81.346 mil), e ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários (2015 - R\$ 33 mil), respectivamente.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 29 de setembro de 2016, o BACEN publicou a Resolução nº 4.527 que veda a realização, prorrogação ou novação de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceite de instituições ligadas ou integrantes do mesmo conglomerado prudencial, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Essa Resolução admite que até 31 de dezembro de 2017, poderão ser realizadas, prorrogadas ou renovadas operações compromissadas, realizadas pelo Conglomerado prudencial, com lastro nas debêntures emitidas pela Instituição, com base em títulos cuja emissão ou aceite tenha ocorrido até 29 de setembro de 2016, observando: prazo máximo de 12 meses e manutenção do saldo contábil relativo ao total de operações em montante igual o inferior a 110% do saldo contábil apurado em 31 de agosto de 2016. A partir de 1º maio de 2017, esse montante será de 50% do saldo contábil total apurado na data-base de 31 de agosto de 2016.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA

Conselho de Administração

Presidente	Membros
Lázaro de Mello Brandão	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto
Vice-Presidente	José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretoria

Diretores Vice-Presidentes
Domingos Figueiredo de Abreu
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha

Diretor Gerente
Luiz Carlos Angelotti

Diretor de Relações com Investidores
Alexandre da Silva Glüher

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7j. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicados em nosso relatório.

• Provisão para créditos de arrendamento mercantil liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f.VI e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, o valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 182.031 mil, a Sociedade classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Sociedade aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolve premissas e julgamentos da Sociedade, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Sociedade quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa de provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Sociedade atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f.VI e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 13 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3